

"Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação e fará seus efeitos enquanto perdurar o Covid". Como não tem isso, subentende-se que ela é atemporal. Acho que fica resolvido.

A SRA. LUCINHA - Então, está ótimo. Desta forma como o Deputado Luiz Paulo me orientou agora, Deputado Márcio Pacheco, está ótimo. A lei entra na data da publicação. Está bom.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Deputado Márcio Pacheco, para encerrar, por favor.

O SR. MÁRCIO PACHECO - Está acolhido o Artigo 10 exatamente como disse o Deputado Luiz Paulo.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - O.k. Para emitir parecer pela Comissão de Saúde, tem a palavra a Deputada Martha Rocha.

A SRA. MARTHA ROCHA (Para emitir parecer) - Acompanho a CCJ.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Para emitir parecer pela Comissão de Agricultura, Pecuária e Políticas Rural, Agrária e Pesqueira, tem a palavra o Deputado João Peixoto. (Pausa) Deputado Val Ceasa.

O SR. VAL CEASA (Para emitir parecer) - Acompanho a CCJ.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Para emitir parecer pela Comissão de Segurança Alimentar, tem a palavra a Deputada Mônica Francisco.

A SRA. MÔNICA FRANCISCO (Para emitir parecer) - Favorável ao Substitutivo da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Para emitir parecer pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, tem a palavra a Deputada Renata Souza.

A SRA. RENATA SOUZA (Para emitir parecer) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o nosso parecer é favorável às Emendas 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 12 e contrário às demais Emendas.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Para emitir parecer pela Comissão de Assuntos Municipais e de Desenvolvimento Regional, tem a palavra o Deputado Carlos Macedo.

O SR. CARLOS MACEDO (Para emitir parecer) - Em conformidade com a CCJ.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Para emitir parecer pela Comissão de Economia, Indústria e Comércio, tem a palavra o Deputado Renan Ferreirinha.

O SR. RENAN FERREIRINHA (Para emitir parecer) - Sr. Presidente, acompanho a CCJ.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Para emitir parecer pela Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle, tem a palavra o Deputado Márcio Canella. (Pausa) Deputado Rodrigo Bacellar. (Pausa) Deputado Rodrigo Amorim. (Pausa) Deputado Márcio Pacheco.

O SR. MÁRCIO PACHECO (Para emitir parecer) - O parecer é favorável, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Com os pareceres emitidos, em votação o Substitutivo da CCJ, com forma final de redação. Os Srs. Deputados que aprovam a matéria permaneçam como estão. (Pausa)

Aprovada. Vai a Autógrafo.  
O Destaque está prejudicado, Deputado Luiz, porque a Emenda 10 não foi acatada; foi contrário.

(SUJEITA A DISPOSIÇÕES ESPECIAIS DE ACORDO COM O ARTIGO 192 DO REGIMENTO INTERNO)

Anuncia-se a 1ª, em Tramitação Ordinária:

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL 12/2019, DE AUTORIA DO DEPUTADO ALEXANDRE FREITAS, QUE REVOGA O ART. 367 E SEU RESPECTIVO PARÁGRAFO ÚNICO, RETIRANDO A PROIBIÇÃO DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA O FUNCIONAMENTO DE INDÚSTRIAS QUE FABRIQUEM ARMA DE FOGO.  
**PARECER DA COMISSÃO DE EMENDAS CONSTITUCIONAIS E VETOS, FAVORÁVEL AO MÉRITO E CONTRÁRIO ÀS EMENDAS 01, 02 E 03.**  
**RELATOR: DEPUTADO MARCELO DINO.**

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Em discussão a matéria.

O SR. LUIZ PAULO - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - O Deputado Alexandre Freitas tinha pedido antes. O primeiro para discutir é o Sr. Deputado Alexandre Freitas; o segundo é o Sr. Deputado Luiz Paulo.

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Peço a palavra para discutir a matéria, Sr. Presidente.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - V.Exa. me concede um pela ordem antes, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Deputado Alexandre Knoploch.  
Já. Já, Deputada Rejane.  
Mais algum parlamentar?

O SR. ELIOMAR COELHO - Peço a palavra para discutir a matéria, Sr. Presidente.

O SR. RENAN FERREIRINHA - Peço a palavra para discutir a matéria, Sr. Presidente

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Eu também quero discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Deputados Eliomar, Ferreirinha e Enfermeira Rejane...

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Eu queria só um pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Um instante, Deputada.

O SR. WALDECK CARNEIRO - Peço a palavra para discutir a matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - É sobre o tema, Deputada Enfermeira?

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - É. Eu quero saber se, a partir de agora, vai receber emendas, porque está em primeira.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Não. Ele já recebeu emenda após a Comissão.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Da outra vez. Tudo bem. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Então, estão inscritos para discutir: Deputados Alexandre Freitas, que abre mão e vai discutir ao final; Luiz Paulo, Alexandre Knoploch, Ferreirinha, Eliomar, Enfermeira Rejane, Waldeck e Carlos Minc.

A SRA. RENATA SOUZA - Peço a palavra para discutir a matéria, Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Também Deputada Renata Souza.

A Presidência quer fazer um acordo de procedimento, porque às 17 horas vamos encerrar os trabalhos. Vamos conceder três minutos para cada um discutir.

Para discutir a matéria, tem a palavra o Sr. Deputado Luiz Paulo.

O SR. LUIZ PAULO (Para discutir a matéria) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos discutindo a PEC que pretende alterar a Constituição do Estado do Rio de Janeiro para permitir a implantação de fábricas de armas no Estado do Rio de Janeiro.

O pretexto é o mesmo de sempre: vai gerar emprego e renda; vai alavancar o desenvolvimento. Ninguém diz que vai produzir mortes e mais mortes; que vai elevar o potencial bélico da população. Uma Emenda Constitucional desse porte não deveria estar sendo votada sem uma ampla discussão com a sociedade, porque não é um tema simples.

Chegarão aqui muitos dizendo que precisamos gerar empregos, que precisamos gerar renda. Mas se calarão em função do número de mortes mensais que irão acontecer no Rio de Janeiro, em função dos prejuízos para a saúde e do pesar das nossas famílias.

A famosa Taurus, por exemplo, tem duas empresas no Brasil e uma no exterior. Cada empresa dessa tem tecnologia já muito desenvolvida e, por isso, não gera grandes volumes de emprego. A Taurus, em média... (FALHA NA TRANSMISSÃO SONORA) ...não consegue gerar mais do que, talvez, 700 empregos.

Eu sou terminantemente contrário a esse tipo de indústria no Estado do Rio de Janeiro.

Quando estamos discutindo sucessivamente aqui no Parlamento que devemos ter um plano estratégico de desenvolvimento econômico e social para o Estado - econômico e social para o Estado - é exatamente para definirmos o que o Estado quer que se implante aqui no Estado do Rio de Janeiro. E seguramente não é fábrica de armas que vai alavancar o nosso desenvolvimento. Vai alavancar mais violência e mais morte - aqui ou em outras unidades da Federação. E se exportar, vai também provocar mais morte em outros países. Quanto menos fábricas de armas tiver, melhor para a sociedade - mais para nós termos.

Então, Sr. Presidente, eu sei que este tema vai ser profundamente discutido, muitos serão os oradores, e eu vou ter que me ausentar, porque eu tenho um compromisso hoje, Sr. Presidente. Eu queria que o senhor já deixasse registrado o meu voto contrário. Pode ser, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Deputado Luiz, essa votação será nominal...

O SR. LUIZ PAULO - Eu sei que a votação é no final.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Um instante, por favor, Deputado Luiz. Um instante, por favor.

O SR. LUIZ PAULO - É que me ausentarei...

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Temos que ter um quórum para a aprovação de 42 votos. Então, quero encaminhar e propor para os presentes que possamos já abrir o painel e votar lá no grupo "sim" ou "não". "Sim" aprova a PEC e "não" rejeita a PEC. Pode ser, Deputado Alexandre? V.Exa. agora, discute, porque como precisamos de um quórum elevado daqui a pouco pode ser que não tenha quórum. O.k., Deputado Luiz?

O SR. RODRIGO AMORIM - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Um instante só, Deputado Rodrigo.

O SR. RODRIGO AMORIM - V.Exa. vai abrir para discussão ou encaminhamento?

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Pode ser as duas coisas. Três minutos.

O SR. RODRIGO AMORIM - Então, me inscreva, Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - O.k.

O SR. RODRIGO AMORIM - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Já, a partir deste momento, estamos abrindo a votação lá no grupo, e vamos atualizando o painel dos votos do grupo de votação, o.k.?

O Deputado Luiz Paulo já discutiu. Tem a palavra agora para discutir a matéria o Deputado Alexandre Freitas, em seguida, os Deputados Alexandre Knoploch, Renan Ferreirinha, Eliomar Coelho, Enfermeira Rejane, Waldeck Carneiro, Carlos Minc, Renata Souza e Rodrigo Amorim.

O SR. ALEXANDRE FREITAS (Para discutir a matéria) - Sr. Presidente, eu entendo que o tema armamento comove, gera paixão, mas é bom deixar claro que o que estamos defendendo aqui não é a democratização da legítima defesa. Não tem absolutamente nada a ver com o acesso que um cidadão terá ao armamento. Muito menos o acesso de um cidadão do Estado do Rio de Janeiro a um armamento que é produzido aqui no Estado.

Nós temos, sim, um Estado falido, em Regime de Recuperação Fiscal, que precisa trazer investimentos. Não podemos nos dar ao luxo de recusar um único centavo de quem quer que seja, que queira vir gerar emprego, renda, riqueza e, obviamente, arrecadação. Traçar essa relação de causalidade em que havendo uma fábrica, uma indústria dentro Estado, e isso vai dar mais acesso ao indivíduo ao armamento é uma correlação completamente absurda. O Estado do Rio, por exemplo, já tem uma empresa de armamento, a Imbel, que está localizada em Magé e, obviamente, a produção em Magé não gera reflexo algum no acesso das pessoas à munição, a explosivo, ou a que quer que seja. As armas do Rio de Janeiro, ilegais, vêm do Paraguai, transitaram pelo Estados Unidos, vêm da Rússia, enfim, temos diversas origens dos armamentos. Ninguém compra armamento direto da indústria. Nenhum criminoso compra armamento direto da indústria.

Então, quero apenas pontuar isso, que apenas o que estamos deliberando, o que vamos deliberar é se nós queremos ou não atrair ou não uma determinada indústria. E, aí, eu acho que seria muito ruim um parlamentar ter esse estigma no seu mandato, porque as empresas virão para o Brasil. A Secretaria de Desenvolvimento já recebeu uma carta de intenções de uma gigante do setor, inclusive, mandei no grupo de WhatsApp dos Deputados, ou seja, nós temos uma empresa real querendo investir no Estado e uma planta desta gera algo em torno de 150 a 300 milhões de dólares de investimento. O Estado do Rio de Janeiro está podendo se dar ao luxo de recusar esse tipo de investimento?

A partir da revogação desse artigo, outras empresas do setor vão se sentir confortáveis para vir para o Estado. Podemos nos dar ao luxo de recusar esse investimento? Porque o único resultado vai ser direcionar essa empresa para Goiás, como já acontece, para o Rio Grande do Sul, como já acontece, para São Paulo, como já acontece.

Então, eu acho que cada Deputado aqui tem uma responsabilidade com cada cidadão fluminense que está precisando de emprego neste Estado. Não vamos desvirtuar a lógica do debate. Não tem absolutamente nada a ver com a questão armamentista e com a democratização da legítima defesa. Tem, único e exclusivamente, a ver com arrecadação, geração de emprego e tirar o Rio de Janeiro do buraco em que ele se encontra.  
Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - O próximo orador é o Deputado Alexandre Knoploch.

O painel será aberto neste exato instante. O parlamentar presente pode votar no painel e os de casa, remotamente no grupo, por favor. Depois, eu vou colher o voto do parlamentar que não conseguiu votar no grupo.

O SR. RENAN FERREIRINHA - Peço a palavra para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

Tem a palavra o Deputado Alexandre Knoploch, em seguida, os Deputados Renan Ferreirinha, Eliomar Coelho, Enfermeira Rejane, Waldeck Carneiro, Carlos Minc, Renata Souza, Rodrigo Amorim e Carlos Macedo.

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH (Para encaminhar a votação) - Exmos. Srs. e Sras. Deputadas, gostaria da máxima atenção a esta matéria que trata de tentarmos dar ao Rio de Janeiro a chance de lutar por uma competitividade que nos foi arrancada por desastrosas políticas econômicas neste Estado.

A PEC 12 do nobre Deputado Alexandre Freitas trata da revogação do Artigo 367 da nossa Constituição Estadual e com isso permitir a instalação de fábricas de arma de fogo no Rio de Janeiro.

Como muitos dos senhores e senhoras sabem, passamos décadas escravos da fabricação de armas de péssima qualidade no Brasil que levaram inúmeros agentes da Segurança Pública a terríveis acidentes, inclusive, muitos ocasionando o óbito. Tudo isso devido ao monopólio predador da Taurus do Brasil.

Acidentes com modelos como a 24/7, a CT.30 e outras, são conhecidos no meio dos agentes de Segurança e no meio dos atiradores esportivos. Imagine os senhores que as armas são como aviões, produtos que consideramos de missão crítica. Quando você precisa, não podem falhar e é bem verdade que as fabricadas hoje no Brasil falham.

É óbvio que temos aí a Imbel, que detém como seu maior sócio o Governo brasileiro e fabrica boas armas, mas essas armas não são para uso de Segurança Pública ou de atiradores esportivos, são apenas para as Forças Armadas diante de suas características.

O Governo Temer começou a entender a necessidade de melhorar as armas no Brasil e passou assim a apoiar a compra de armas importadas, vide a intervenção do Estado do Rio de Janeiro, a intervenção na área de Segurança Pública que adquiriu pistolas glocks para a Polícia Civil e para a Polícia Militar.

Porém, foi no Governo do Presidente Jair Bolsonaro que o mercado foi aberto e com isso estamos agora diante de uma grande oportunidade. A Springfield Arms, empresa americana, já anunciou uma nova fábrica no Brasil no Estado do Rio Grande do Sul com investimento de um pouco mais de um bilhão de reais na conversão de hoje, investimento esse que irá todo para o Rio Grande do Sul.

A Delfire dos Emirados Árabes, a empresa que fabrica a Arex, está montando na Cidade de Anápolis, em Goiás, um faturamento de dois bilhões de reais nos próximos três anos.

Hoje temos a oportunidade de trazer um dos maiores fabricantes do mundo para o Rio de Janeiro, a CZ. Estamos falando aqui de um fabricante reconhecido internacionalmente como um dos melhores do mundo. Aliás, é um dos interesses da CZ sair daqui a venda para as Américas. Então, imaginem que o maior mercado, que é o mercado americano, pode comprar daqui e isso vai impactar no ICMS do Estado do Rio de Janeiro.

Se alguns dos senhores remeter à questão para a segurança, saibam os senhores que temos inúmeros depósitos de armamento das Forças Armadas altamente seguros no Estado do Rio de Janeiro. E venho frisar o Depósito Central de Munição em Paracambi que tem um grande processo de segurança e não teve até hoje nenhum caso de incidente com relação a roubo, furto ou alguma tentativa maior naquele lugar.

Meus amigos, temos aqui uma oportunidade de ajudar o Rio de Janeiro. Precisamos incentivar que as empresas venham para o Rio de Janeiro e se instalem no Rio.

Chega de expulsarmos quem produz. Quem gera riqueza é o setor privado.

Se nada fizermos, sobrará apenas nós no Rio de Janeiro. Nós, que eu digo, a Alerj, sem vencimento, porque não teremos divisas para pagar o servidor público.

Peço apoio a todos a essa Proposta de Emenda Constitucional 12, do Deputado Alexandre Freitas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Deputado Renan Ferreirinha, três minutos.

O SR. RENAN FERREIRINHA - Sr. Presidente, boa tarde, demais colegas presentes, eu me inscrevi para falar sobre a discussão dessa Proposta de Emenda Constitucional, porque acredito que há algumas dúvidas importantes e podemos refletir sobre elas.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, independentemente do tópico, esta é uma discussão que precisa ter uma participação popular, especialmente porque ela lida com uma alteração na nossa Constituição de algo que já foi discutido em outros momentos.

A minha visão é a de que faltou uma discussão popular, faltou ouvir as pessoas, seja através de audiências públicas, seja através de uma forma mais direta de consulta popular, que poderíamos ter feito para que essa Proposta de Emenda Constitucional pudesse ter a maturidade de ser discutida da forma que tem sido proposta.

Um segundo ponto, Sr. Presidente, que eu quero trazer é uma situação muito triste no nosso Estado que diz respeito ao controle de armas. Foi dito por outros Deputados - mas eu quero fazer esse contraponto - que o Estado do Rio de Janeiro não consegue sequer fazer boa guarda das armas das polícias em seus quartéis.

Entre 2015 e 2018, um total de 1.049 armas foi desviado da Polícia Civil do Rio, segundo relatórios analisados pelo Instituto Sou da Paz.

A esse arsenal, Sr. Presidente, se somam às armas e munições desviadas dos Batalhões das Forças Armadas e da PM, sem contar com qualquer forma de proteção privada que possa existir.

Essa iniciativa, Sr. Presidente, sob minha análise, não poderia trazer mais riscos num cenário de enorme violência e já bastante conflagrado.

Além disso, precisamos saber, sempre quando discutimos, qual tipo de desenvolvimento econômico e social queremos ter para o nosso Estado.

Estamos fazendo essa discussão desde o começo da legislação, no ano passado, na Comissão de Economia, Indústria e Comércio - da qual tenho a responsabilidade e a honra de ser presidente -, para que possamos entender as potencialidades do nosso Estado e ter um planejamento adequado de desenvolvimento econômico.

A pergunta que fazemos: é esse tipo de desenvolvimento econômico e social que queremos para o Rio e para o Brasil? A essa pergunta eu convindo todos a responderem.

Sr. Presidente, a minha opinião é a de que essa Proposta de Emenda Constitucional não deveria avançar, e, com toda a segurança, eu sou contrário ao Projeto.